

20/11/2018

PRIMEIRA TURMA

**QUESTÃO DE ORDEM NO QUARTO AG.REG. NO INQUÉRITO 4.435
DISTRITO FEDERAL**

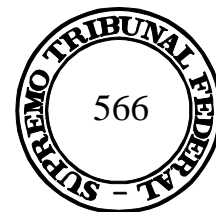
RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S)	: PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
ADV.(A/S)	: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA E OUTRO(A/S)
AGTE.(S)	: EDUARDO DA COSTA PAES
ADV.(A/S)	: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL PENAL. QUARTO AGRAVO REGIMENTAL. FALSIDADE IDEOLÓGICA ELEITORAL. CORRUPÇÃO ATIVA E PASSIVA. EVASÃO DE DIVISAS E LAVAGEM DE DINHEIRO. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA DETERMINADOS FATOS. DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA QUANTO A OUTROS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL, POR CONEXÃO, QUANTO A CRIMES DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL OU IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DA COMPETÊNCIA ELEITORAL, CONSIDERADA A COMPETÊNCIA FEDERAL QUE OSTENTA NATUREZA CONSTITUCIONAL E ABSOLUTA. AFETAÇÃO AO PLENO.

1. Na linha do que vem sendo decidido pelo Supremo Tribunal Federal, desde a solução da Questão de Ordem na AP 937, devem permanecer sob jurisdição do Tribunal os fatos supostamente praticados em 2014 pelo detentor de foro, uma vez que no exercício do cargo e em razão dele.

2. Quanto aos demais fatos, praticados em 2010 e 2012, não subsiste competência do Supremo Tribunal Federal para investigá-los, na medida em que praticados fora do exercício do cargo.

3. Quanto ao declínio de competência em relação aos fatos supostamente praticados em 2012 – crimes comuns de competência da

**INQ 4435 AGR-QUARTO-QO / DF**

Justiça Federal conexos a crimes eleitorais –, argui-se a necessidade de cisão da competência na origem para que se remetam à Justiça Eleitoral somente os crimes eleitorais, nada obstante a previsão legal (art. 35, II, do Código Eleitoral) de competência da Justiça Eleitoral para os crimes conexos, considerada a competência constitucional absoluta da Justiça Federal. Entender de modo diverso seria autorizar que a lei modificasse a competência constitucionalmente estabelecida no art. 109 da CF.

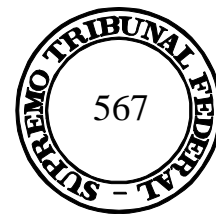
4. Nesse ponto, sustenta-se também um argumento pragmático, para além do fundamento técnico: a extrema complexidade que ostenta boa parte dos crimes de competência da Justiça Federal dificulta, quando não verdadeiramente impede, a efetiva persecução penal ser realizada pela Justiça Eleitoral que não é aparelhada para esse fim, não contando com estrutura adequada, ou com profissionais especializados nesse tipo de persecução penal.

5. Considerado que a Segunda Turma, após o julgamento da Pet 6820, tem, sempre por maioria, reiteradamente decidido no sentido de que cabe à Justiça Eleitoral processar e julgar os crimes comuns federais conexos a crimes eleitorais, considero importante que Plenário estabeleça, após ampla discussão, uma orientação segura para a matéria.

6. Tema afetado ao Plenário para definir o alcance da competência criminal eleitoral.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a presidência do Ministro Alexandre de Moraes, na conformidade da ata de julgamento, por maioria de votos, em acolher a questão de ordem, com ressalvas de entendimento, e afetar o julgamento do agravo ao Plenário, nos termos do voto do Ministro Luís Roberto Barroso, Redator para o acórdão, vencido o Ministro Marco Aurélio, Relator. Falaram: a Dra. Cláudia Sampaio Marques, Subprocuradora-Geral da República, pelo Ministério Público Federal, e o Dr. Ricardo Pieri Nunes pelos Agravantes.



INQ 4435 AGR-QUARTO-QO / DF

Brasília, 20 de novembro de 2018.

MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - REDATOR P/O ACÓRDÃO

**20/11/2018****PRIMEIRA TURMA****QUESTÃO DE ORDEM NO QUARTO AG.REG. NO INQUÉRITO 4.435
DISTRITO FEDERAL**

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S)	: PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
ADV.(A/S)	: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA E OUTRO(A/S)
AGTE.(S)	: EDUARDO DA COSTA PAES
ADV.(A/S)	: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Adoto, como relatório, as informações prestadas pelo assessor Dr. Rafael Ferreira de Souza:

Vossa Excelência, em 8 de maio de 2018, declinou da competência para a primeira instância da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, afirmando que os delitos imputados ao investigado Pedro Paulo Carvalho Teixeira – previstos nos artigos 317 (corrupção passiva), combinado com o 327, parágrafos 1º e 2º, e 333 (corrupção ativa) do Código Penal; 1º (ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime), inciso V (contra a Administração Pública), da Lei nº 9.613/1998; e 22 (efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas) da Lei nº 7.492/1986 – teriam sido cometidos parte em 2010, durante o tempo que exerceu mandato de deputado estadual, e parte em 2014. Assentou que, nesse último caso, apesar de supostamente praticados quando já ocupava o cargo de deputado federal, não estão a este

INQ 4435 AGR-QUARTO-QO / DF

relacionados, porquanto ligados ao recebimento de R\$ 300.000,00, de maneira oculta, para a campanha à Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Proclamou o não enquadramento da situação jurídica em termos de competência do Supremo. Conforme frisou, o fato de alcançar-se mandato diverso daquele, no curso do qual alegadamente cometidas as infrações não enseja o que apontado como elevador processual, deslocando-se autos de inquérito ou processo-crime em tramitação.

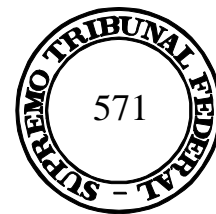
Pedro Paulo Carvalho Teixeira e Eduardo da Costa Paes, por meio da petição/STF nº 30.333/2018, subscrita por advogado credenciado, juntada à folha 345 à 348, interpuseram agravo. Pretendem a reconsideração do pronunciamento. Afirmam ser o caso de manter a investigação no Supremo. Destacam que a suposta doação ilegal, realizada em 2014, diz respeito à campanha para a reeleição do primeiro agravante ao cargo de deputado federal, e não à campanha para prefeito. Buscam comprovar a alegação a partir do depoimento do colaborador Benedicto Barbosa da Silva Júnior, consoante anexo 2 do acordo respectivo. Realçam encontrar-se exercendo o cargo de deputado federal desde 2011. Aduzem a conotação eleitoral dos delitos imputados, que estariam vinculados à atividade parlamentar do investigado, a revelar a competência do Supremo. Sustentam ter o Órgão acusador, no pedido de instauração do inquérito, veiculado tipificação penal dissociada do contexto narrado pelos colaboradores, no que não indicados por estes atos de corrupção. Ressaltam, referindo-se aos crimes ditos praticados em período anterior ao exercício do mandato de deputado federal, estarem ligados às mesmas pessoas alegadamente envolvidas naqueles alusivos ao ano de 2014, considerado o cidadão Eduardo da Costa Paes e os colaboradores relacionados à Odebrecht. Asseveram ser recomendável que a investigação de todos os fatos permaneça reunida sob a jurisdição do Supremo, mencionando os artigos 78, inciso IV, e 79, do Código de Processo Penal.

**INQ 4435 AGR-QUARTO-QO / DF**

Requerem: a) a reconsideração do ato agravado; b) sucessivamente, a reforma, pelo Colegiado, da decisão de declinação da competência; c) caso não acolhido o pedido anterior, a fixação da competência da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro.

Aberta vista à Procuradoria-Geral da República, esta, com a petição/STF nº 61.928/2018, juntada à folha 418 à 430, apresentou contraminuta, postulando o parcial provimento do recurso. Destaca haver fatos sob investigação referentes aos anos de 2010, 2012 e 2014. Quanto ao fato ocorrido no ano de 2014, assevera tratar-se de solicitação e recebimento, pelo investigado deputado federal Pedro Paulo, de aproximadamente R\$ 300.000,00 do Grupo Odebrecht, a título de doação ilegal vinculada à campanha para a reeleição ao citado cargo. O investigado Eduardo Paes, segundo o Órgão acusador, teria sido um dos facilitadores da transação, no que contatado o delator Benedicto Júnior, diretor na empresa, viabilizando o repasse do dinheiro. Conclui tratar-se de suposto delito eleitoral, tipificado no artigo 350 (omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, para fins eleitorais), da Lei nº 4.737/1965, cuja investigação deve permanecer tramitando perante o Suprem em razão do cargo, porquanto praticado por deputado federal.

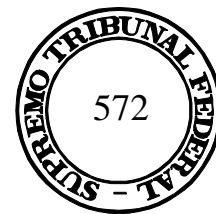
No tocante à infração alegadamente cometida em 2010, alusiva ao recebimento de R\$ 3.000.000,00 do Grupo Odebrecht, a pretexto da campanha eleitoral ao cargo de deputado federal, o Ministério Público Federal frisa que Pedro Paulo, naquele tempo, exercia mandato de deputado estadual do Rio de Janeiro. Reporta-se à facilitação, por Eduardo Paes, no repasse do dinheiro, no que realizado contato com o delator Benedicto, possibilitando a transação ilícita. Sustenta verificada a suposta prática de crime eleitoral, cuja investigação deve ser realizada

**INQ 4435 AGR-QUARTO-QO / DF**

perante a Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro, uma vez que não ocorreu durante o exercício do mandato de deputado federal.

A Procuradoria-Geral da República ainda destaca haver elementos indicativos do cometimento de crime no ano de 2012, relativo ao recebimento, por Eduardo Paes, da quantia aproximada de R\$ 15.000.000,00 pagos pela Odebrecht, a pretexto da campanha eleitoral para reeleição ao cargo de prefeito municipal do Rio de Janeiro, considerado o interesse do grupo empresarial na facilitação de contratos referentes às Olimpíadas de 2016. Articula com a presença de indícios de atuação funcional de Eduardo Paes aptos a caracterizarem, em tese, delitos de corrupção ativa e passiva. Aponta Pedro Paulo, então coordenador da campanha, como operacionalizador dos pagamentos espúrios, inclusive mediante transações realizadas no exterior. Sublinha a existência de indícios reveladores da prática dos crimes do artigo 350 do Código Eleitoral, 317 e 333 do Código Penal, 22 da Lei nº 7.492/1986 e 1º (lavagem de dinheiro) da Lei nº 9.613/1998. Infere a incompetência, quanto a estes fatos, do Supremo para a investigação, levando em conta não ter ocorrido as condutas no exercício do mandato de deputado federal. Quanto ao crime eleitoral, aponta a competência da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro. No tocante aos demais, a da primeira instância da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Sustenta a inaplicabilidade do artigo 78, inciso IV, do Código de Processo Penal, preconizando a repartição da atribuição, no caso, entre a Justiça Eleitoral e a Federal. Afirma a taxatividade da competência da Justiça Federal, definida constitucionalmente – artigo 109, inciso IV, da Lei Maior – dizendo-a material absoluta. Diz não incidir o artigo 35, inciso II, do Código Eleitoral. Aduz argumentação de ordem prática, frisando a ausência de aparelhamento da Justiça Eleitoral para processar e julgar delitos de alta complexidade, como os relacionados à Operação Lava Jato. Salienta que a questão

**INQ 4435 AGR-QUARTO-QO / DF**

alusiva à competência para processar e julgar crimes comuns federais conexos a delitos eleitorais tem recebido, na Segunda Turma do Supremo, solução no sentido de caber à Justiça Eleitoral a atuação. Defende a necessidade de que o tema relativo à amplitude da competência criminal eleitoral seja decidida, em sede de questão de ordem, pelo Plenário, nos termos do artigo 21, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal.

Requer seja conhecido o agravo interno. Busca, no mérito, o parcial provimento nos seguintes termos:

a) a investigação, referente ao fato de 2014, continue tramitando perante o Supremo Tribunal Federal;

b) a apuração quanto ao fato de 2010 seja remetida para livre distribuição na Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro;

c) seja suscitada questão de ordem, a ser examinada pelo Pleno do Supremo, visando definir o alcance da competência criminal eleitoral e, após a solução: c.1) a investigação concernente ao artigo 350 do Código Eleitoral – fato de 2012 – seja remetida para livre distribuição na Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro; e c.2) a investigação relativa aos artigos 317 e 333, do Código Penal; artigo 22 da Lei nº 7.492/1986; e artigo 1º da Lei nº 9.613/1998 – fatos atinentes ao ano de 2012 – seja remetida para uma das Varas Federais Criminais da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro.

Vossa Excelência, em 23 de junho de 2017, determinou o desmembramento destes autos, com reprodução integral e encaminhamento ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, para sequência quanto ao investigado Eduardo da Costa Paes, que não detinha a prerrogativa de, ajuizada ação penal, vir a ser julgado pelo Supremo. A Primeira Turma, em 19 de setembro de 2017, deu provimento a agravo interposto pela defesa, para



INQ 4435 AGR-QUARTO-QO / DF

manter a investigação, integralmente, sob a jurisdição do Tribunal.

A Procuradora-Geral da República formalizou o quinto agravo regimental, que se encontra aparelhado para julgamento. No incidente, pretende a reforma da decisão que declinou da competência para a primeira instância da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assinalando caber à Justiça Federal o processamento do caso. Sublinha terem sido apontados, na petição em que postulada a instauração do inquérito, fatos a revelarem a possível caracterização do crime tipificado no artigo 22 da Lei nº 7.492/1986 e, conseqüentemente, a competência da Justiça Federal. Busca a remessa dos autos à Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro.

É o relatório.



20/11/2018

PRIMEIRA TURMA

QUESTÃO DE ORDEM NO QUARTO AG.REG. NO INQUÉRITO 4.435
DISTRITO FEDERAL

VOTO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Deixo de acolher o requerimento da Procuradoria-Geral da República alusivo à afetação da matéria ao Pleno para a definição do alcance da competência da Justiça Eleitoral. Verifiquem o que versado no artigo 22, cabeça e parágrafo único, do Regimento Interno do Supremo:

[...]

Art. 22. O Relator submeterá o feito a julgamento do Plenário, quando houver relevante arguição de inconstitucionalidade ainda não decidida.

Parágrafo único. Poderá o Relator proceder na forma deste artigo:

- a) quando houver matérias em que divirjam as Turmas entre si ou alguma delas em relação ao Plenário;
- b) quando, em razão da relevância da questão jurídica ou da necessidade de prevenir divergência entre as Turmas, convier pronunciamento do Plenário.

[...]

A questão veiculada não se mostra controvertida entre as Turmas e os acórdãos formalizados pela Segunda Turma encontram-se em consonância com a jurisprudência firmada pelo Pleno em outras ocasiões, revelando-se imprópria a providência pretendida pela Procuradoria-Geral da República.

É como voto.

**20/11/2018****PRIMEIRA TURMA****QUESTÃO DE ORDEM NO QUARTO AG.REG. NO INQUÉRITO 4.435
DISTRITO FEDERAL****VOTO S/QUESTÃO DE ORDEM**

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Presidente, primeiramente, faço o cumprimento devido e merecido ao Doutor Ricardo Pieri Nunes, que esteve na tribuna de improviso, mas com grande proficiência.

Logo de início, Presidente, declaro que estou acompanhando o Ministro Marco Aurélio relativamente aos fatos de 2014, para considerar que, em relação a eles, remanesce a competência do Supremo Tribunal Federal.

Quanto aos outros pontos, Presidente, eu vou fazer uma breve consideração para concluir, todavia, no sentido da questão de ordem proposta pela Procuradoria-Geral da República e aqui endossada pela Dra. Cláudia Sampaio Marques. Então, digo eu, lendo a ementa do meu voto e adaptando:

Na linha do que vem sendo decidido pelo Supremo desde a Questão de Ordem da Ação Penal 937, devem permanecer sob jurisdição do Tribunal os fatos supostamente praticados em 2014 pelo detentor de foro, eis que no exercício do cargo e em razão dele. Quanto aos demais fatos, praticados em 2010 e 2012, não subsiste, como também assentou o Relator, competência do Supremo Tribunal Federal para investigá-los na medida em que praticados fora do exercício do cargo.

Quanto ao declínio da competência em relação aos fatos supostamente praticados em 2012 - crimes comuns de competência da Justiça Federal conexos a crimes eleitorais -, entendo deva a competência, Presidente, ser cindida na origem para que se remetam à Justiça Eleitoral somente os crimes eleitorais. E aqui, enfrentando uma questão já abordada pelo Relator, o art. 35, inc. II, do Código Eleitoral, de fato, como

**INQ 4435 AGR-QUARTO-QO / DF**

enunciou, Sua Excelência, tem a seguinte dicção:

"Art. 35. Compete aos juízes:

(...)

II - processar e julgar os crimes eleitorais e os comuns que lhe forem conexos, ressalvada a competência originária do Tribunal Superior e dos Tribunais Regionais;

(...)"

A despeito do que prevê esse dispositivo, Presidente, eu penso que, nas situações de competência

Presidente, eu penso que, nas situações de competência da Justiça Federal, essa interpretação do inciso II do art. 35 não pode prevalecer, pela minha compreensão de que a competência constitucionalmente fixada pela Justiça Eleitoral é absoluta, diz o inciso IV do art. 109, já lembrado da tribuna pela Representante do Ministério Público:

"IV - os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;" competem aos juízes federais.

E eu penso que nós estamos diante de uma situação que ou temos de interpretar o inciso II do art. 35 conforme a Constituição, ou teremos que declará-lo parcialmente inconstitucional. Em qualquer uma dessas duas possibilidades, eu penso que o Plenário seria o foro adequado.

E, de parte, isso, Presidente, como também observou o eminente Relator, o Ministro Marco Aurélio, a Segunda Turma tem decidido, tem decisões, por maioria, no sentido de fixar a competência da Justiça Eleitoral e, portanto, sem fazer essa cisão de competência que eu estou cogitando aqui.

Eu penso que também em razão disso e com base no art. 22, parágrafo único:

"Art. 22. O Relator submeterá o feito ao julgamento do Plenário, quando houver relevante arguição de inconstitucionalidade ainda não decidida.

Parágrafo único. Poderá o Relator" ...

**INQ 4435 AGR-QUARTO-QO / DF**

Mas aqui Vossa Excelência tem razão, é a competência do Relator. E aqui eu estou fazendo uma proposta, a menos que o Relator, evidentemente, a acolha.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (PRESIDENTE)

- O art. 11, parágrafo único, permite à Turma.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Então, pelo art. 11, parágrafo único, lembrado pelo Ministro Alexandre de Moraes, eu penso que, diante da divergência que nós estaremos estabelecendo em face da Segunda Turma, também por essa razão, eu encaminharia no sentido....

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Mas Vossa Excelência está partindo de certa premissa – e que sua óptica será prevalecente – já assentando a divergência da Turma, considerados aqueles precedentes da Segunda.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Assim, eu acho que um tema, Ministro Marco Aurélio, relevante....

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Mencionei dois precedentes do Plenário sobre a matéria: um da lavra do ministro Sydney Sanches e outro do ministro Moreira Alves, em conflito de competência e em conflito rotulado como de jurisdição.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (PRESIDENTE)

- Ministro Barroso, como ainda não existe a divergência realmente, mas, apesar dos precedentes levantados e citados pelo Ministro Marco Aurélio, que são precedentes anteriores à alteração de interpretação em relação ao foro.

Se nós combinarmos o art. 11, parágrafo único, que permite à Turma votar e remeter, com a primeira parte só do art. 22, parágrafo único, b, quando, em relação à relevância da questão jurídica, quando vier pronunciamento do Plenário, nós nem precisaríamos esperar uma divergência, ou seja, antecipar os votos para eventualmente ter ou não uma divergência.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - No meu caso, como eu considero que nós estamos fazendo uma declaração parcial

**INQ 4435 AGR-QUARTO-QO / DF**

de inconstitucionalidade do 35, II,

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (PRESIDENTE)

- Também teria de remeter pelo art. 97.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Mas não é a convicção do Relator. O Relator tem como hígido o artigo 35 do Código Eleitoral.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Sim, mas não mandar para a Justiça Eleitoral é negar vigência a esse artigo que para remeter-se à Justiça Eleitoral os comuns Eleitorais.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Exato. Antes a Constituição previa a competência da Justiça Eleitoral quanto aos crimes propriamente eleitorais e conexos. Deixou de prever, remetendo a disciplina a lei complementar. Veio esta última e dispôs, sob pena de haver inclusive uma *capitis diminutio* e afastar-se do âmbito respectivo o instituto da conexão, que a Justiça Eleitoral tem competência para julgar os delitos propriamente eleitorais e conexos pela *vis atrativa*.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (PRESIDENTE)

- Se me permite, Ministro Marco Aurélio, realmente a questão é mais ainda complexa porque é o 121 da Constituição Federal que permite que a lei complementar estabeleça a competência da Justiça Eleitoral.

Só para ordenar, Ministro Barroso, talvez não seja necessário votar o mérito se nós votarmos antes o envio ou não para o Plenário, a questão de ordem.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Só para lhe dizer que está completamente ordenado. Acho que deve ir para o Plenário por duas ordens de razões. A primeira é porque considero necessária a interpretação conforme a Constituição do art. 35, II, o que importa em declaração parcial de inconstitucionalidade, o que só o Plenário pode fazer. A segunda razão é que, com uma certa capacidade de premonição, eu antecipo uma divergência com a Segunda Turma relativamente a essa matéria. E, pela relevância do tema, acho que nós devemos ter uma decisão do Plenário que valha para todos os casos.

Portanto, eu estou encaminhando no sentido de acolher, pedindo

**INQ 4435 AGR-QUARTO-QO / DF**

todas as vênias ao Ministro-Relator, relativamente aos anos de 2010 e 2012, a questão de ordem proposta pelo Ministério Público para afetar os fatos relativos a esses dois anos ao Plenário do Tribunal.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (PRESIDENTE)

- Só um esclarecimento, até perguntei para a Doutora Cláudia, o Ministério Público pediu em relação a 2012 somente, não em relação a 2010.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Com relação a 2010, já é direto para a Justiça Eleitoral.

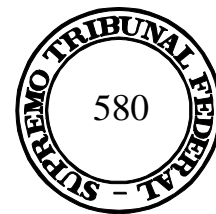
O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (PRESIDENTE)

- Exatamente, em relação a 2010, o próprio Ministério Público pediu a remessa direta à Justiça Eleitoral.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Só para esclarecer, no meu voto, que, de 2010, eu estou remetendo para a Justiça Eleitoral. Portanto só 2012 estou afetando ao Plenário. De 2014 e 2010, nós estamos acompanhando o Ministro Marco Aurélio. Portanto a divergência é só relativamente a 2012.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Está acompanhando o Ministério Público e agravantes.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Eu estou propondo acolher a questão de ordem para remeter ao Plenário os fatos relativos a 2012.



20/11/2018

PRIMEIRA TURMA

**QUESTÃO DE ORDEM NO QUARTO AG.REG. NO INQUÉRITO 4.435
DISTRITO FEDERAL**

OBSERVAÇÃO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Com relação a 2010 pede a remessa para a Justiça Eleitoral.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (PRESIDENTE)
- Em 2012, pede a questão de ordem. Em relação a 2014, ficaria no Supremo. Nisso ambos concordam.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Porque aí o Ministro Marco Aurélio entende que, nos crimes conexos, tem de ir tudo para a Justiça Eleitoral. E é nesse ponto que há uma possibilidade de não aplicar o art. 35 do Código Eleitoral, o que equivale, pela Súmula 10, a declarar a inconstitucionalidade desse artigo.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (PRESIDENTE)
- Entraria no art. 11, inciso I, a possibilidade de Plenário.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - E tudo passa, se me permite, pela interpretação do art. 109, IV, da Constituição Federal.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (PRESIDENTE)
- Junto com o 112.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Art. 78, IV, CPP e art. 35, II, do Código Eleitoral. É essa a questão.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - É verdade. Agora, até na interpretação do art. 109, eventualmente, nós podemos encontrar quem entenda que aos juízes federais compete processar e julgar os crimes políticos e as infrações, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral, ou seja, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral para julgar tudo isso.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Não estaria ressalvada a competência pela *vis attractiva*, considerada a conexão?

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (PRESIDENTE)
– Exato, menos a conexa, só a competência pura da eleitoral.

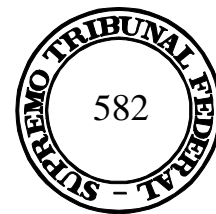
O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – É



INQ 4435 AGR-QUARTO-QO / DF

estabelecer distinção onde o texto constitucional não distingue, ou seja, a ressalva é ampla. Pega não só a competência da Justiça Eleitoral quanto aos crimes eleitorais propriamente ditos como também aos conexos.

Como já se sustentou – a Subprocuradora o fez –, não se pode cogitar, no tocante à Justiça Eleitoral, do instituto da conexão. Não sei o que vai prevalecer.



20/11/2018

PRIMEIRA TURMA

**QUESTÃO DE ORDEM NO QUARTO AG.REG. NO INQUÉRITO 4.435
DISTRITO FEDERAL****VOTO S/QUESTÃO DE ORDEM**

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Presidente, o tema me parece relevantíssimo, na medida em que nós estamos a discutir aqui competência, que é pressuposto processual, e, sobretudo, em matéria penal, não me parece que esses entraves processuais e essas indefinições processuais possam merecer algo que não uma resposta o mais pronta possível.

Por isso, já adianto, desde logo, que acompanho, pedindo todas as vênias ao Ministro Marco Aurélio, a proposta do Ministro Luís Roberto, atendendo a tese defendida pelo Ministério Público e contra a qual nada opôs basicamente, pelo menos frontalmente, o nobre Procurador de remessa da questão ao Pleno.

O art. 109, inc. IV, da Constituição Federal comporta, sim, dupla leitura, quer dizer, ressalvada a competência da Justiça Federal pode significar exatamente que os crimes comuns conexos aos crimes eleitorais são da competência, sim, da Justiça Eleitoral.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Vossa Excelência me permite? Faço apenas uma ponderação.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Com muito gosto.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – O mesmo raciocínio se presta, então, ao exame da competência da Justiça Federal *stricto sensu* quanto aos crimes conexos. Mencionei, em voto, dois precedentes do Plenário em conflito de competência – um da lavra do ministro Sydney Sanches e outro do ministro Moreira Alves.

E a Segunda Turma vem decidindo nessa linha, observando a jurisprudência do Plenário. Da Primeira Turma, não encontrei precedente, mas me convenci do acerto das decisões do Plenário a que me referi.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Como dizia, Senhor

**INQ 4435 AGR-QUARTO-QO / DF**

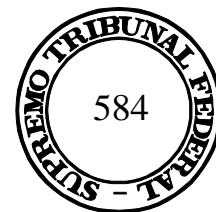
Presidente, e, de certa forma, até agora com o reforço da manifestação do Ministro Marco Aurélio, o preceito constitucional, na minha compreensão, comporta, sim, essa dupla interpretação.

Eu mesmo tenho alguma dificuldade, tenderia a ir nessa linha de que a ressalva da competência da Justiça Eleitoral, juntamente com a da Justiça Militar, estaria a apontar até para a constitucionalidade tanto do 35, II, como, de certa forma, se não for interpretado de outro modo, do 78, IV, do CPP, mas também, sem a menor dúvida, é extremamente razoável - e eu até comecei a sentir uma enorme simpatia pela interpretação do art.109, IV, da Constituição Federal no sentido de que, na verdade, ele delimita as competências da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral e da Justiça Federal.

E em reforço veja a lição de Gustavo Badaró quando interpreta o art. 78, IV, do CPP, ele diz: “todavia, diante da Constituição da República de 1988, o dispositivo será de aplicação mais restrita do que a primeira vista possa parecer, isso porque, como já visto, não pode haver reunião de processos por conexão ou continência no caso em que concorram Justiças com competências constitucionalmente definidas, assim sendo, o artigo 78, IV, do CPP somente tem aplicação no caso de concurso entre um crime de competência da Justiça comum dos Estados e outros da Justiça Eleitoral, uma vez que as regras constitucionais não definem expressamente as competências de tais Justiças, relegando tal tarefa a legislação infraconstitucional”.

E, no caso da Justiça Eleitoral, hoje pela Constituição de 88, há uma remissão à lei complementar. Por isso que o Código Eleitoral, em certos dispositivos, se equipara a uma lei complementar, ou tem a natureza de lei complementar. Diante dessa questão, o Ministro Marco Aurélio tem toda razão. Eu trago aqui os Embargos Declaração no Agravo Regimental na Petição nº 6820, Segunda Turma, da relatoria do Ministro Edson Fachin, tendo a redatoria do acórdão passado ao Ministro Ricardo Lewandowski, porque Sua Excelência o Relator, Ministro Fachin, ficou vencido.

E lá exatamente o que entendeu a Segunda Turma? Aplicou a

**INQ 4435 AGR-QUARTO-QO / DF**

orientação prevalecente no Pleno - e também lembrada em dois precedentes pelo Ministro Marco Aurélio -, entendendo que os crimes comuns conexos aos crimes eleitorais são de competência da Justiça Eleitoral, mas eu...

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - E também é Federal. Então, define-se pela especialização.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Isso. Pela especialização aí nós chegamos no 188, IV, que diz justamente que, quando concorrem crimes comuns e crimes de competência da justiça especial, a justiça especial, no caso, atrai.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - O que vale é a especial.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - No caso, a Eleitoral seria a especial. A Segunda Turma tem outra decisão, exatamente na mesma linha, relatoria do Ministro Dias Toffoli, ED-AgR-Pet nº 6.986. E, vejam bem, são decisões absolutamente recentes. Está é de 28 de agosto de 2018. A anterior é de 6 de fevereiro de 2018. Essas decisões plenárias são decisões antigas, se vê até pelas relatorias, Ministro Sydney Sanches...

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Ambos ainda vivos.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Sim, graças ao bom Deus! Mas eu digo, em um momento anterior, inclusive, à definição da competência por prerrogativa de função em nossa nova exegese. Então, diante disso, embora nós não tenhamos nenhum precedente - nós, Primeira Turma -, em linha diversa da Segunda Turma e a despeito de estar a Segunda Turma a aplicar uma orientação antiga...

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Seria pela relevância da matéria, pelo dissenso.

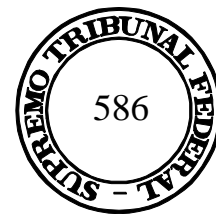
A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Parece-me que deixar essas causas, tratando de pressuposto processual, no aguardo, com todo o respeito, não seria a melhor solução.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Mas, Vossa Excelência há de admitir que estamos na Primeira Turma.



INQ 4435 AGR-QUARTO-QO / DF

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Essa é a Primeira, não tenho a menor dúvida. Por isso, eu peço vênica para acompanhar a divergência do Ministro Luís Roberto Barroso, que teve uma premonição - é isso? Mas estamos em dois ainda.



20/11/2018

PRIMEIRA TURMA

QUARTO AG.REG. NO INQUÉRITO 4.435 DISTRITO FEDERAL

VOTO S/QUESTÃO DE ORDEM

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Senhor Presidente, eu verifico aqui, pelas anotações que eu trouxe, que vários aspectos já foram debatidos. Mas eu tenho algumas preocupações em relação a esse tema. Em primeiro lugar, a prevalecer esse entendimento, nós teremos um grave vício de incompetência - *ratione materiae*, como disse o Ministro Marco Aurélio - absoluta, que vai atingir inúmeros feitos que tramitam no Supremo Federal que não foram remetidos pela Justiça Eleitoral. Porque, bem ou mal, mal ou bem, todas essas operações recentes têm, residualmente, uma questão eleitoral, que pode representar uma *vis attractiva*.

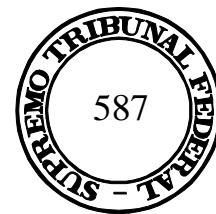
A tese do Ministro Marco Aurélio é uma tese extremamente sedutora, porque a Justiça Eleitoral também é Justiça Federal. A interpretação do art. 109 pode levar a essa conclusão. Mas, por outro lado, se nós não aplicarmos o art. 35, nós o estaremos afastando, o que significa declarar a inconstitucionalidade.

Então, por uma questão de prudência, vou pedir todas as vênias ao Ministro Marco Aurélio. Eu entendo que nós devemos levar essa questão, com essa sua orientação, para o Pleno. Porque, do contrário, o que vai acontecer? Dependendo do tipo de réu, um vai ficar aqui, o outro vai para o Eleitoral. Um vai ficar aqui, o outro vai para a Justiça Eleitoral.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – A cisão pode levar a pronunciamentos conflitantes.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Conflitantes! Cindir eu acho que é algo que não deve ocorrer.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Não passa pela minha cabeça mandar, pela conexão considerada a Justiça Federal, *stricto sensu*, o que compete à Justiça Eleitoral. O inverso, sim.



INQ 4435 AGR-QUARTO / DF

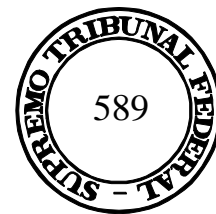
O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Vossa Excelência está entendendo, não é, Ministro Marco Aurélio, a minha posição? Então, eu vou acolher a questão de ordem.

**20/11/2018****PRIMEIRA TURMA****QUARTO AG.REG. NO INQUÉRITO 4.435 DISTRITO FEDERAL****VOTO S/QUESTÃO DE ORDEM****O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (PRESIDENTE)**

- Eu também, em relação à questão de ordem, peço vênica ao Ministro Marco Aurélio e acrescento só duas observações a tudo que já foi dito. Não se trata, aqui, somente da interpretação do 109, IV. Como bem ressaltou a Ministra Rosa, a interpretação do 109, IV, pode ser estanque, ou seja, a Justiça Federal com competência absoluta, e excluiria os conexos. Mas é possível, em virtude do art. 121 da Constituição, que determina expressamente que a lei complementar deve estabelecer a competência da Justiça Eleitoral, também pode ser interpretado que art. 109, IV, exclui da Justiça Federal não só os crimes, vamos dizer assim, propriamente eleitorais, mas excluiria, com base no art. 121, também os conexos. Isso pode gerar uma série de problemas e também divergência entre as Turmas.

Mas, aqui, fico no art. 11, parágrafo único, combinado com o artigo 22-B, a questão, realmente, da relevância da questão jurídica, principalmente, em virtude da nova decisão, o novo posicionamento, do Supremo em relação ao foro, que foi posterior aos precedentes citados pelo eminente Ministro-Relator.

Então, no aspecto somente de 2012, acompanho a divergência na questão de ordem.



20/11/2018

PRIMEIRA TURMA

**QUESTÃO DE ORDEM NO QUARTO AG.REG. NO INQUÉRITO 4.435
DISTRITO FEDERAL**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Presidente, se Vossa Excelência me permite, é interessante não haver proclamação quanto ao fundo, considerados os demais anos. Que se deixe a matéria, na totalidade, para ser apreciada pelo Pleno.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (PRESIDENTE)
- Mas, na verdade, são três fatos diversos.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - E vão ficar parados.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (PRESIDENTE)
- Vão acabar ficando parados os três.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Não ficarão parados, porque o presidente Dias Toffoli dará preferência – tenho certeza – à apreciação desse inquérito.

E Vossa Excelência consignaria apenas que a Turma, vencido o Relator, resolve afetar o agravo ao Plenário. Porque, compreendido no agravo como um grande todo, tem-se essa questão que, segundo a maioria, o Pleno deve pronunciar-se quanto a ela.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (PRESIDENTE)
- Eu entendi a preocupação.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – E dispensaria também redação de acórdão quanto a esse incidente.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (PRESIDENTE)
- Em 2010 e 2014, pelo que eu entendi dos votos, não seriam prejudicados pela questão de ordem. Porque, quanto a 2010, tanto a acusação quanto a defesa concordam que é a Justiça Eleitoral. Quanto a 2014, vem ao Supremo.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Vamos admitir que o Pleno resolva manter a integralidade no próprio âmbito.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Mas nós não estamos submetendo ao Pleno.

INQ 4435 AGR-QUARTO-QO / DF

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (PRESIDENTE)

- Nós estamos submetendo só quanto a 2012.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) –

Presidente, penso que o julgamento do agravo não pode ocorrer, tendo em conta o crivo da Turma e o do Plenário. De duas, uma: ou se leva a integralidade do que veiculado no agravo, para o Pleno, ou se deixa na Turma. Não cabe proceder a essa divisão. Imagine Vossa Excelência: ter-se-á dois acórdãos sobre o mesmo agravo.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (PRESIDENTE)

- A questão de ordem é prejudicial ao julgamento do agravo. É prejudicial realmente, até porque senão nós estaríamos julgando também prejudicial o agravo do Ministério Público, antes de analisar a questão de ordem.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) –

Se dividirmos, ao invés de simplificar, vamos complicar, inclusive com a possibilidade de se ter embargos declaratórios aqui, quanto à parte desse agravo julgado pela Turma, e embargos declaratórios no Pleno.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (PRESIDENTE)

- Nós não podemos julgar a questão de ordem procedente e continuar o julgamento do agravo, até porque, se o Plenário entender que é constitucional o art. 35, aí volta para que nós analisemos.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO -

Veja a minha percepção: acompanhamos o Relator e negamos provimento ao agravo, relativamente a 2014...

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (PRESIDENTE)

- Mas aí nós estamos invertendo: o mérito antes da questão de ordem.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) –

Ministro, eu próprio, que tinha fixado competência diversa, quanto a 2014, estou dando a mão à palmatória e admitindo a do Supremo.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO -

Pois então, eu acho que o processo deve continuar a tramitar. Portanto, o meu voto é: 1) estou acolhendo a posição do Relator, relativamente a 2014, e, portanto, não estou arguindo questão de ordem quanto a esse ponto; 2) estou acolhendo a posição do Relator, relativamente a 2010, e, portanto,

**INQ 4435 AGR-QUARTO-QO / DF**

mandando para a Justiça Eleitoral. Em relação a 2012, eu acolho a questão de ordem do Ministério Público, para afetar ao Plenário. Esse é o meu voto.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Presidente, se Vossa Excelência me permite, eu acho que até é a minha vez de votar nesse tema, nesse aspecto específico. Se até no caso de coisa julgada material - ou seja, decisão transitada em julgado, ação rescisória - se admite a consideração dos capítulos distintos, ou seja, se se faz uma rescisão apenas de um tema.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - A apreciação pelo mesmo órgão julgador.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Eu não vejo o porquê, Senhor Presidente, num inquérito que contempla três conjuntos distintos de fatos - e fatos situados em tempos distintos - não se possa fazer a consideração de que apenas os fatos definidos e relativos a 2012 possam ser objeto de uma questão de ordem.

Mas evidentemente que se a compreensão prevalecer... Só estou argumentando para justificar o meu voto para acompanhar a divergência.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (PRESIDENTE) - Mas acompanha o fracionamento?

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Sim, porque se até na rescisória se faz rescisória de capítulos de uma decisão transitada em julgado.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - E o Plenário abarrotado como está, e risco de prescrição, não gosto dessa linha de condução.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Presidente, eu tenho aqui o Inquérito 4.435. É esse o inquérito, esse inquérito apura três fatos distintos?

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (PRESIDENTE) - É o Inquérito 4.435.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Apura os três fatos?

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (PRESIDENTE)

INQ 4435 AGR-QUARTO-QO / DF

- Três fatos.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Senhor Presidente, acolhendo a questão de ordem, eu vou mandar tudo para o Plenário, até porque aqui não prescreve. O que vai fazer, vai trasladar peças, é isso?

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Insisto um pouco mais, porque, há 28 anos, no Supremo, jamais vi implementar-se essa divisão quanto a um agravo que é uno. Muito embora as causas de pedir sejam diversas, quer dizer, uma parte do agravo será julgada pela Turma e a outra pelo Plenário.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Estou provendo em parte e, na outra parte, suscitando questão de ordem. Isso não vai ser julgado pelo Pleno; isso vai prescrever; isso passa a mensagem errada.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Vossa Excelência, como Presidente, pode solicitar.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (PRESIDENTE)

- Vou pedir a inclusão imediata no Pleno.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - É evidente.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (PRESIDENTE)

- Vossa Excelência fica na questão de ordem.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Eu acolho a questão de ordem para mandar todo o inquérito.

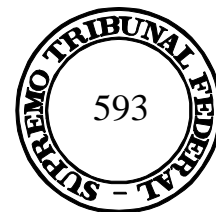
O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (PRESIDENTE)

- Eu também acompanho o Ministro-Relator. E Vossa Excelência, na questão de ordem, remetendo tudo ao Pleno.

Então a Turma, por maioria, vencido o Ministro-Relator, colheu a questão de ordem em relação aos fatos de 2012, remetendo ao Pleno. Esse foi o primeiro julgamento. E, depois, a Turma, por maioria..

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Não, Presidente, não é em relação a 2012. Penso que fico vencido, no que rejeitei linearmente a remessa ao Pleno. Nem a Procuradoria-Geral da República pretendeu a cisão do agravo.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Mas Vossa Excelência não está

**INQ 4435 AGR-QUARTO-QO / DF**

sugerindo ir tudo?

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Fico vencido, mas participo da discussão. Antigamente o Relator tinha papel importante no processo; hoje em dia não tem mais. Participo da discussão para concluir que não pode haver a cisão. De duas, uma: ou remetemos o todo ou não remetemos nada.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (PRESIDENTE) - Por isso que Vossa Excelência ficou vencido, num primeiro momento, em relação à questão de ordem, Vossa Excelência negava a questão de ordem. Na segunda votação, vendidos em parte, o Ministro Luís Roberto...

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Se eu for ser o Relator da questão de ordem, eu reajusto para acompanhar a maioria; se eu não for ser o Relator, eu mantenho a minha posição.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Penso que não terá acórdão. Haverá apenas uma certidão.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Quem vai redigir a questão de ordem?

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (PRESIDENTE) - Não haverá, nós estamos remetendo. Nós estamos remetendo, quem vai redigir a questão de ordem é Vossa Excelência.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Então eu reajusto para encaminhar, como questão de ordem, a totalidade da discussão.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Eu ressalvo e acompanho.



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

QUESTÃO DE ORDEM NO QUARTO AG.REG. NO INQUÉRITO 4.435

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO

AGTE.(S) : PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA

ADV.(A/S) : ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA (12500/DF) E OUTRO(A/S)

AGTE.(S) : EDUARDO DA COSTA PAES

ADV.(A/S) : ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA (0012500/DF) E

OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: A Turma, por maioria, acolheu a questão de ordem, com ressalvas de entendimento, e afetou o julgamento do agravo ao Plenário, nos termos do voto do Ministro Luís Roberto Barroso, Redator para o acórdão, vencido o Ministro Marco Aurélio, Relator. Falaram: a Dra. Cláudia Sampaio Marques, Subprocuradora-Geral da República, pelo Ministério Público Federal, e o Dr. Ricardo Pieri Nunes pelos Agravantes. Presidência do Ministro Alexandre de Moraes. Primeira Turma, 20.11.2018.

Presidência do Senhor Ministro Alexandre de Moraes. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Rosa Weber e Luís Roberto Barroso.

Subprocurador-Geral da República, Dra. Cláudia Sampaio Marques.

P/ Cintia da Silva Gonçalves
Secretária da Turma